

## Desafios atuais da luta feminista nas políticas públicas de saúde

Estamos vivendo um momento histórico em que o capitalismo assume novas configurações no mundo e segue se estruturando, a partir do projeto neoliberal e de um modelo de desenvolvimento econômico globalizado. As disputas entre os países mais ricos e os blocos econômicos impõem as regras de globalização da economia e fortalece a influência das instituições financeiras multilaterais nos países periféricos, ditando como devem ser as políticas públicas implementadas nesses países. O centro desta disputa é a livre circulação de dinheiro no mundo, o controle dos recursos naturais e o mercado consumidor. Defende ainda os interesses dos grandes blocos econômicos e das empresas transnacionais.

Estamos num momento em que prevalece, no mundo político, as recomendações do mercado: a redução do papel do Estado na promoção das políticas sociais e o fortalecimento da alternativa, a privatização dos serviços públicos e a mercantilização dos direitos sociais, criando um ambiente favorável para que qualquer coisa seja ofertada e vendida como mercadoria. Assim, os “direitos” deixam de ser di-

reitos universais e passam a ser “direito” só para quem pode pagar. Isto se passa, notadamente, com a saúde pública no Brasil. Crescem os serviços privados, a medicalização, os planos de saúde e a drenagem dos recursos públicos para a rede de empresas privadas na área da saúde, por meio dos convênios com o SUS.

A Constituição Federal Brasileira determina que a descentralização dos serviços de saúde para os municípios, seja feita respeitando-se o comando único e os mecanismos e instrumentos de controle social, porém os setores neoliberais almejam transferir para a iniciativa privada a responsabilidade da execução das políticas sociais. Exemplo disso é a transformação dos hospitais públicos em Fundações Estatais de Direito Privado.

A participação popular nos espaços de controle social, por intermédio dos conselhos e conferências de saúde, é outra importante conquista. A democracia que construímos no país pressupõe o diálogo amplo e efetivo entre o Estado e Sociedade. Mas, lamentavelmente, alguns setores ainda tratam a população como

despreparada para construir projetos políticos.

Tudo isto explica porque estamos num contexto onde é tão desafiador consolidar o SUS, segundo os princípios que o originaram. Foi por isso, que, ao planejarmos a 13ª Conferência Nacional de Saúde, quisemos discutir qual o modelo de desenvolvimento que assegura uma real qualidade de vida para todas(os) brasileiras(os) que vivem e trabalham no campo, na floresta e na cidade, e, sobretudo, para as gerações futuras. Por isto, o tema, Estado e desenvolvimento. A escolha deste tema, no Conselho Nacional de Saúde, aconteceu depois de chegarmos à conclusão de que, enquanto continuássemos discutindo saúde dissociada do modelo de desenvolvimento, continuaríamos a ter contingenciamento e cortes no setor.

Sabemos que, para efetivar o direito humano à saúde e consolidar o SUS como uma política de Estado, é necessário fazer maior investimento financeiro no setor, mudar o modelo de atenção e de gestão da saúde pública e qualificar o controle social. Faz-se necessário, também, fortalecer o Estado Brasileiro Democrático, de Direito – e laico – como principal executor das políticas públicas. Só assim é possível assegurar os direitos humanos, civis, políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais, e, sobretudo, romper com os padrões de pobreza e, especialmente, de desigualdade socioeconômica e cultural deste modelo de desenvolvimento.

Na contramão destas propostas, teremos que fazer, nesta conferência, o enfrentamento às proposições de Fundações Estatais de Direito Privado, que significa uma clara privatização da assistência, principalmente de média e alta complexidade.

Teremos que fazer o enfrentamento da proposta de extinguir as Divisões ou Diretorias das Políticas Específicas (Saúde das Mulheres, DST's Aids etc). A justificativa é falaciosa, em nome da universalidade abre-se mão da setorialidade. Isto pode significar um retrocesso, pois desconhecer as especificidades, diferenças e desigualdades presentes na sociedade, é reproduzir injustiças. No caso das mulheres é também desconhecer que temos corpos e necessidades diferentes.

Enfrentar a questão do aborto e a responsabilização do Estado Brasileiro e seu governo, é outro dos nossos desafios. As questões referentes aos direitos reprodutivos, em especial à legalização do aborto, com certeza serão alvo de ataque dos setores conservadores, que tentam, através do discurso do Pacto pela Vida, reforçar a visão do aborto como um ato criminoso e egoísta das mulheres. É preciso ser firme na defesa da capacidade ética das mulheres para tomar decisões sobre suas vidas, suas famílias e filhos(as).

*Maria Betânia Serrano,  
feminista pernambucana, fisio-  
terapeuta, representante da Articulação  
de Mulheres Brasileiras no Conselho  
Nacional de Saúde.*